GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE 255-20-44 - CEP 01045-903
FAX N° 231-1518

PROCESSO CEE N°: 464/95 - Apenso Protocolado n° 359/95 e
719/95

INTERESSADO: Billey Curthians Gandini Santos
ASSUNTO: Recurso contra avaliação final - EEPG
Bartolomeu Bueno da Silva, São Caetano do
Sul

RELATOR: Cons. Francisco Antonio Poli

PARECER CEE N° 750/95 - CEPG - APROVADO EM 06-12-95
COMUNICADO AO PLENO EM 13-12-95

1. RELATÓRIO

1.1 Aos 21-02-95, a Sr^a Aglaer Gandini Santos, mãe do aluno Billey Curthians Gandini Santos, da 7^a série do 1º grau, da EEPG Bartolomeu Bueno da Silva, São Caetano do Sul, em 1994, interpôs recurso contra a avaliação final;

1.2 A pleiteante informa que matriculou seu filho na referida escola, no segundo semestre de 1994 e o mesmo ficou retido apenas em Matemática.

Afirma discordar da diretora, a qual "acredita que uma reprovação vá fazer muito bem, vá levá-lo a maturidade e desenvolvimento".

Apesar de não haver, no recurso, indicação explícita de ilegalidade nos termos da Deliberação CEE n° 03/91, alterada pela Deliberação CEE n° 09/92, entendemos, que os autos podem ser analisados, tendo em vista o desempenho global do aluno.

1.3 A escola afirma:

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO CEE Nº 464/95

PARECER CEE Nº 750/95

- a professora (de Matemática) aconselha, quando necessário, o apoio de aulas particulares, ajuda de vizinhos e amigos;

- "Infelizmente, as escolas da rede pública não têm condições de oferecer reforço escolar fora do horário de aula, para alunos que apresentam dificuldades".

- somente este aluno e uma outra, transferidos em agosto, ficaram retidos em Matemática, "em função dos mesmos problemas, ou seja, a sequência lógica dos conteúdos totalmente interrompida" e que um terceiro aluno, retido em todas as disciplinas, veio transferido em novembro;

- a aprovação de 87% dos alunos da classe indica "que os procedimentos adotados pela professora foram bons".

A professora de Matemática, referindo-se aos alunos transferidos em agosto, ao verificar seus cadernos, registra no Diário de Classe: "a matéria das outras escolas era outra, não obedecendo a sequência colocada em seu planejamento, que está de acordo com a proposta de CENP", que estão seguindo há 4 anos e que de início pôde "prever a grande dificuldade que esses alunos iriam enfrentar quanto à aprendizagem, uma vez que a sequência fora quebrada, tornando-se praticamente impossível um bom aproveitamento. Isto se confirmou uma vez que os referidos alunos não passavam das menções D e E em todas as avaliações realizadas, bem como nas recuperações paralelas /.../ os mesmos foram incapazes de atingir menções suficientes

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO CEE Nº 464/95

PARECER CEE Nº 750/95

ou o conteúdo mínimo que os possibilitem a acompanhar a série seguinte".

1.4 A supervisão conclui pela manutenção da retenção do aluno.

1.5 Corroborando com o que dispõe o artigo 1º da Deliberação CEE nº 03/91, alterada pela Deliberação CEE nº 09/92, no que concerne ao desempenho global, registramos:

1.5.1 A ficha individual do aluno (fls. 28 do Protocolado 719/95):

COMP. CURR.	1º BIM	2º BIM	3º BIM	4º BIM	REC.	M.FINAL
Língua Port.	66	55	D	C	-	C
História	68	65	C	B	-	C
Geografia	50	62	C	C	-	C
C.F.B.	58	82	C	C	-	C
Matemática	37	40	E	E	-	E
Inglês	63	60	C	D	C	C
Ed. Física	80	85	A	A	-	-
Ed. Artística	-	-	C	C	-	C
Des. Geom.	47	37	-	-	-	-

1.5.2 Distribuição das menções finais extraídas do Diário de Classe de Matemática:

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO CEE Nº 464/95

PARECER CEE Nº 750/95

MENÇÕES FINAIS

	1º BIM	2º BIM	3º BIM	4º BIM
C, B e A	83,3%	82,6%	79,2%	87%
D e E	16,7%	17,4%	20,8%	13%

Obs: - Tais menções abarcam:

"avaliação individual", "avaliação em grupo", "tarefas" e "recuperação";

- as menções relativas à "avaliação individual", acham-se assim distribuídas:

	1º BIM	2º BIM	3º BIM	4º BIM
C, B e A	12,5%	43,5%	58,3%	54,5%
D e E	87,5%	56,5%	41,7%	45,5%

1.6 A Indicação CEE nº 02/91, parte integrante da Deliberação nº 03/91, recomenda: "qualquer que seja o documento usado para registro (uma ata, um relatório ou similar) deve ser assinado por todos os professores do aluno e deve refletir fiel e sucintamente a discussão, explicitando em caso de retenção:

a) o conteúdo não aprendido pelo aluno e sua relação com os objetivos essenciais do período letivo:

PROCESSO CEE Nº 464/95

PARECER CEE Nº 750/95

b) o trabalho diversificado desenvolvido para promover a aprendizagem daquele conteúdo;

c) a relação desse conteúdo, enquanto pré-requisito facilitador ou dificultador de aprendizagens futuras".

Nesse sentido, encontramos informações genéricas relativas ao trabalho desenvolvido durante o ano:

- na Ata da Reunião do Conselho de Classe e Série, aos 06-12-94, (fls. 29 a 31 do Protocolado nº 719/95): "o aluno não atingiu os objetivos essenciais e não tem interesse";

- na Ata da "Reunião Extraordinária do Conselho de Série", aos 06-02-95 (fls. 36 e 37 do Protocolado nº 719/95): "De acordo com o conteúdo proposto no planejamento anual, o aluno não conseguiu atingir nenhum dos objetivos...", "Dos trabalhos diversificados desenvolvidos com o aluno, citamos: atividades em grupo; provas individuais e em grupo, utilização de material audiovisual, confecção de gráficos e utilização de material concreto e elaborado pelo próprio aluno..." e "Considerando que os conteúdos propostos na 7ª série, seus pré-requisitos fundamentais para acompanhamento da série seguinte (em sua totalidade)..."

2. CONCLUSÃO

Tendo em vista não ficar comprovada nenhuma ilegalidade no Processo de avaliação do aluno Billey Curthians Gandini Santos, indefere-se o seu pedido mantendo-se

PROCESSO CEE Nº 464/95

PARECER CEE Nº 750/95

sua retenção, em 1994, na 7ª série do 1º grau da EEPG Bartolomeu Bueno da Silva, DE de São Caetano do Sul.

São Paulo, 20 de novembro de 1995

a) Cons. Francisco Antonio Poli

Relator

3. DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU adota, como seu Parecer, o Voto do Relator.

Presentes os Conselheiros: Francisco Antonio Poli, Francisco José Carbonari, Luiz Roberto da Silveira Castro, Marilena Rissutto Malvezzi e Marisa Philbert Lajolo.

Sala da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, em 06 de dezembro de 1995.

a) Cons. Luiz Roberto da Silveira Castro

Presidente